

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	Taxas anuais de deprec.	Saldo em 31.12.2017	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2018
Depreciação Acumulada					
Prédios	4% a 10%	(10.654.992)	(1.019.420)	-	(11.674.412)
Máquinas/equipamentos	10% a 25%	(14.917.952)	(1.632.389)	63.336	(16.487.006)
Móveis e utensílios	10%	(3.034.697)	(250.467)	-	(3.285.164)
Veículos	20% a 33,33%	(1.843.808)	(121.187)	-	(1.964.995)
Equip. eletrônicos de dados	20%	(5.038.186)	(712.059)	-	(5.750.244)
Outros	4% a 33,33%	(1.517.054)	(324.389)	-	(1.841.443)
Saldo		(37.006.689)	(4.059.911)	63.336	(41.003.264)
Saldo líquido imobilizado		36.710.268	(1.380.258)	(878.489)	34.451.522

Com base no Pronunciamento técnico CPC 01 emitido pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) a Companhia faz o teste de Impairment, para a determinação do valor recuperável do Ativo Imobilizado e Intangível. Como premissa utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado e projeções econômico-financeiras. As projeções levam em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade. A Companhia concluiu que não existem indicativos que demandem provisão para redução de perda ao seu valor recuperável para o período findo em 31/12/2018.

12 - Intangível

	Taxas anuais de deprec.	Saldo em 31.12.2017	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2018
Intangível					
Sistemas aplicativos (software)	20%	8.326.785	103.497	-	8.430.282
Desenvolvimento		6.018.417	4.942.986	(269.125)	10.692.279
Marcas e patentes	10%	161.420	-	-	161.420
Saldo		14.506.623	5.046.483	(269.125)	19.283.982

Amortização Acumulada

	Taxas anuais de deprec.	Saldo em 31.12.2017	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2018
Sistemas aplicativos (software)	20%	(6.466.234)	(694.884)	-	(7.161.118)
Marcas e patentes	10%	(48.054)	(16.142)	-	(64.196)
Saldo		(6.514.288)	(711.026)	-	(7.225.314)
Saldo líquido intangível		7.992.335	4.335.457	(269.125)	12.058.667

13. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias Circulante

	2018	2017
Férias a Pagar	3.260.481	3.112.214
Encargos s/Férias a Pagar	1.203.632	1.152.511
Salários e Ordenados a Pagar	941.780	842.940
INSS/SESI/SENIAI a Pagar	882.194	797.667
FGTS a Pagar	280.099	261.094
IRRF s/Salários a Recolher	514.058	483.548
Outros	92.404	82.394
Total de Obrig. Trab. e Previdenciárias	7.174.648	6.732.368

14. Obrigações Tributárias Circulante

	2018	2017
IRPJ a Recolher	-	709.292
CSLL a Recolher	-	272.150
ICMS a Recolher	46.774	20.159
ISSQN a Recolher	129.045	408
INSS Retido a Pagar	123.180	111.637
IRRF a Recolher	266.161	717.415
PIS/COFINS/CSLL Retidos a Rec	70.270	67.968
Outros	48.992	591.518
Total	684.422	2.490.546

Não circulante

	2018	2017
Outros Impostos Diferidos	5.728.884	3.465.477
Outros	567.913	88.751
Total	6.296.797	3.554.228

15. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

Apresentação dos ajustes do imposto de renda e da contribuição social no resultado:

a) Corrente

	2018	2017
Lucro antes do IR/CSLL	4.755.925	6.061.439
Alíquotas nominais	34%	34%
Despesa de IR/CSLL	(1.617.015)	(2.060.889)
Ajuste dos impostos referentes:		
Equivalência Patrimonial	(277.862)	(54.277)

b) Diferido Ativo

	2018	2017
Juros sobre o Capital Próprio	510.000	1.565.815
Incentivos Fiscais (Lei do Bem)	839.955	2.764.066
Perdas Estimadas de Estoques	(65.924)	(50.923)
Provisões para Contingências	807.534	(2.759.742)
Diferenças permanentes (líquidas)	(347.415)	(470.449)
IRPJ e CSLL no Resultado	(150.727)	(1.066.400)
Corrente	(981.441)	(981.441)
Diferido	527.762	2.810.665
Total	1.251.669	987.133

c) Diferido Passivo

	2018	2017
Provisões processos trabalhistas	1.251.669	987.133
Provisões processos cíveis	1.940.858	1.282.297
Perda Estimada de estoques	829.170	635.276
Perda Estimada Crédito de Liq. Duvidosa	-	651.374
Provisão para Contingências	6.254.326	8.272.183
Base de cálculo	10.276.023	11.828.263
IRPJ alíquota 25%	2.569.006	2.957.066
CSLL alíquota 9%	924.842	1.064.544
Total	3.493.848	4.021.609

16. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão representados como segue:

	Encargos Anuais 2018	2017
ACC	3,12% a 6,70%	35.225.175
FINAME	3,0% a 8,7%	436.028
BNDES	12,5% a 18,04%	103.199
Capital de Giro	10% a 14,03%	48.791.971
NCE	14,30%	3.815.551

Encargos Anuais

	2018	2017
FINEP	TJLP + 5%	36.337.173
FINEP (Subvenções)	TJLP + 5%	78.452
4131	11,18% a 14,33%	14.781.585
Total	51.197.200	116.668.200

17. Provisões Para Contingências:

a) Provisões Prováveis - A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista; e outras contingências relacionadas a contratos de clientes. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que a provisão para contingências é suficiente para cobrir perdas prováveis, além destas, a empresa avalia periodicamente a probabilidade de saída de recursos para a liquidação de obrigações relacionadas a carteira de clientes, conforme a seguir:

	2018	2017
Contingências Trabalhistas	1.251.669	987.133
Contingências Cíveis	1.940.858	1.282.297
Provisão para perdas em controlada	628.967	-
Outras Contingências	5.625.559	8.272.183
Total	9.446.852	10.541.613

b) Provisões Possíveis - Fundamento na opinião dos nossos consultores jurídicos e avaliação da Administração, os processos a seguir são classificados como possíveis, portanto não devem ser reconhecidos, os valores destas contingências correspondem a:

	2018	2017
Contingências Tributárias	5.155.206	5.056.907
Contingências Trabalhistas	4.074.327	5.182.908
Contingências Cíveis	1.835.679	2.802.565
Total	11.065.212	13.042.380

18. Patrimônio Líquido: a) Capital Social - O capital social integralizado de R\$ 40.000.000 (R\$ 27.000.000 em 2017), dividido em 5.412.116 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **b) Reserva de Lucros - Reserva Legal:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva constituída é apresentada conforme composição a seguir:

	2018	2017
Reserva Legal Constituída	4.104.097	7.778.076
Reserva para Investimentos e Capital de Giro:	205.205	388.904
Total	4.309.302	8.166.980

Reserva para Investimentos e Capital de Giro: É composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização e ou pagamento de dividendos e juros sobre o capital. **Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do Lucro Líquido do Exercício, obedecendo aos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Pode, a Assembleia Geral, no entanto, com consentimento de todos os acionistas presentes, decidir pela di-

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

templado na apuração dos impostos e refletido nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018, 2017, 2016 e 2015. Em função das características e documentação suporte na sua essência o benefício está adequado, porém requer monitoramento para evitar possíveis ajustes fiscais pois dependem do monitoramento contínuo. A nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto. **3. Realização de investimento** - Conforme descrito na nota explicativa 7.c, a Companhia possui investimento direto na controlada Bulktech Argentina S.A., a qual não teve operações industriais durante o exercício de 2018. A realização deste investimento dependerá de geração de lucros futuros pela controlada. Em função do atual estágio operacional, situação patrimonial e financeira da referida controlada, neste momento não podemos afirmar que haverá reversão das perdas registradas, o que dependerá substancialmente das medidas em desenvolvimentos pelos seus Administradores. A nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto. **4. Realização do crédito de PIS e COFINS sobre a base de cálculo do faturamento com a inclusão do ICMS** - Conforme divulgado na nota explicativa 7.c, a Companhia possui em 2018 o montante de R\$10.223 mil referente ao crédito de PIS e COFINS incidente sobre o faturamento com a inclusão do ICMS na base de cálculo. Considerando que Companhia é autora de ação judicial que discute a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e da COFINS sobre as vendas. Em 15 de março de 2017 o Supremo Tribunal Federal (STF), apreciando o tema de repercussão geral, decidiu pela inconstitucionalidade, ou seja, que o ICMS não compõe a base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS. A Companhia, amparada por parecer dos seus assessores jurídicos externos, classifica como uma contingência ativa provável, com prognóstico de "praticamente certa" há ocorrência de entrada de benefícios econômicos futuros. No entanto a sua realização depende do trânsito em julgado da ação e da definição da modulação por parte do Supremo Tribunal Federal. Desta forma, não podemos assegurar que os montantes registrados serão realizados pelos totais apresentados nas demonstrações contábeis. A nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto. **Outros assuntos:** Auditoria do período anterior - As demonstrações financeiras da TMSA - TECNOLOGIA EM MOVIMENTAÇÃO S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram por nós examinadas, as quais emitimos relatório datado em 10 de abril de 2018 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras e com ênfases sobre os mesmos assuntos descritos nos parágrafos 1, 2, 3 e 4 e com ênfase sobre o não atendimento ao artigo 199 da Lei nº 6.404/76, assunto resolvido em 2018. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas

Eletroras
CGTEE

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL

COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE
CNPJ 02.016.507/0001-69
NIRE 43300036120

22ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Edital de Convocação

Ficam convidados os senhores acionistas da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia **26 de abril de 2019, às 10 horas**, na sede da Companhia, situada na Rua Maria da Glória, 301, Centro Administrativo, Vila Residencial, município de Candiota/RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

- Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, com pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração;
- Deliberar sobre o resultado do exercício;
- Eleição de membros titulares para compor o Conselho de Administração;
- Designação de representante dos empregados ativos da CGTEE pelo voto direto de seus pares em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representam, conforme Lei nº 12.353, de 28/12/2010;
- Eleger membros titulares e suplentes para compor o Conselho Fiscal;
- Fixar a remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- Definição das publicações legais, conforme determina a Lei 6404, Art. 289 e seus parágrafos;

A participação na Assembleia se fará mediante a comprovação da condição de acionista.

Candiota, 09 de abril de 2019
ANTONIO VAREJÃO DE GODOY
Presidente do Conselho de Administração
Eletroras CGTEE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO RIO AZUL

PROCESSO Nº 026/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019 - EDITAL CONVOCATÓRIO

OBJETO: Aquisição de veículo novo tipo VAN, para transporte de passageiros. DATA DA ABERTURA DA LICITAÇÃO: 26 de abril de 2019 - 09:00 horas. EDITAL E INFORMAÇÕES: junto a Prefeitura Municipal ou pelo site www.barradorioazul.rs.gov.br.

Barra do Rio Azul, RS, 11 de abril de 2019. **MARCELO ARRUDA** - Prefeito Municipal.

COMPANHIA HABITANUS DE PARTICIPAÇÕES

Companhia Aberta (HBTS5)
Rua General João Manoel, nº 157, 17º andar, CEP 90010-030, Porto Alegre, RS.
CNPJ/MF nº 87.762.563/0001-03 NIRE 43300010007

FATO RELEVANTE

COMPANHIA HABITANUS DE PARTICIPAÇÕES, em atendimento às disposições da Instrução nº 358 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada, informa aos seus acionistas, investidores e ao mercado em geral que aceitou, nesta data, as renúncias apresentadas pelo Sr. Péricles Pereira Druck, ao cargo de Diretor Presidente e de Relações com Investidores, permanecendo o mesmo na Presidência do Conselho de Administração, e da Sra. Andrea Pereira Druck, ao cargo de Diretora. Simultaneamente elegeru para o cargo de Diretor Presidente, o Sr. **Sérgio Luiz Cotrim Ribas** e, indicou para Diretor de Relações com Investidores, o Diretor Sr. **Mircon Roberto Becker**.

Porto Alegre, 11 de abril de 2019. **Mircon Roberto Becker** - Diretor de Relações com Investidores

Sicredi COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SICREDI COOABCREDO RS
CNPJ n.º 19.962.468/0001-95

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SICREDI COOABCREDO RS no uso das atribuições que lhe confere o artigo 14 do Estatuto Social, convoca os senhores associados, que nesta data somam 1.763 (um mil, setecentos e sessenta e três), para se reunirem em ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada no dia 25 de abril de 2019, às 17h (dezessete horas), no Auditório OAB Cubo, localizado na Rua Manoelito de Ornellas, n.º 55, Térreo, bairro Praia de Belas, nesta cidade, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados; em segunda convocação, às 18h (dezoito horas), com a presença da metade dos associados mais um, e, em terceira e última convocação, às 19h (dezenove horas), com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte

ORDEM DO DIA:

- Prestação de contas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, compreendendo:
 - relatório da gestão;
 - balanço dos dois semestres do correspondente exercício;
 - demonstrativo das sobras;
 - parecer da auditoria;
 - parecer do Conselho Fiscal.
- Destinação das sobras;
- Fixação do valor dos honorários e benefícios para o Presidente e Vice-Presidente e das cédulas de presença dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.
- Outros assuntos de interesse do quadro social (caráter não deliberatório).

OBS.: A Assembleia não se realizará na sede social por falta de acomodações.

Porto Alegre-RS, 12 de abril de 2019.
Jorge Fernando Estevão Maciel - Presidente

Professor destaca evolução da taxa de desemprego

O Brasil enfrenta uma grande onda de desocupação. De acordo com dados divulgados pelo IBGE, somam-se 13,1 milhões de pessoas desempregadas no País. O professor Wilson Amorim, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP), explica que as pessoas participantes do cálculo são aquelas em idade de trabalhar e que possuem interesse em exercer alguma função, no entanto, não conseguem vagas.

Além do período de sazonalidade, em que há mais indivíduos desempregados, a crise econômica que se instaurou no País em 2014 intensificou esse cenário que perdura até hoje. Como efeito da desocupação, tem-se o empobrecimento das famílias.

Diretoria

Mathias Elter
Diretor-Presidente - CPF 403.808.740-91

Telmo Batista dos Santos
Diretor - CPF 319.175.260-91

Liliane da Costa Guerreiro - Contadora - CRC/RS 061.746/O

dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre RS, 07 de março de 2019.
Sérgio Laurimar Fioravanti Contador - CRCRS nº 68.068
Viviane Barcelos Cangussu Machado Contadora - CRCRS nº 68.068
Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S
CRCRS nº 006706/O
CVM 12.360